

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS – **UNEAL**
PRO – REITORIA DE GRADUAÇÃO – **PROGRAD**
CURSO DE LICENCIATURA INDÍGENA DE ALAGOAS – **CLIND/ALAGOAS**
CAMPUS III – PALMEIRA DOS ÍNDIOS

ANA CLAUDIA DA SILVA

JERIPANKÓ: história ritual e cultura

PALMEIRA DOS ÍNDIOS
2015

JERIPANKÓ: história ritual e cultura¹

Ana Cláudia da Silva

Resumo: O povo indígena Jeripankó, reside na comunidade denominada Ouricuri, localizada no município de Pariconha, no sertão de Alagoas, por muitos anos viveu à margem da história por conta de perseguições e embates com os conquistadores. Ao sair do anonimato e conseguir reconhecimento, a comunidade necessitou se abrir e se fortalecer espiritualmente. Nesse contexto de abertura, visibilidade e diálogo com o sagrado, o objetivo deste artigo é descrever e elencar elementos primordiais da cultura e que são a base para o entendimento da história dos Jeripankó. Para apreender a formação e cultura desse povo buscamos auxílio nas pesquisas de Siloé S. de Amorim, Fátima Campelo Brito, Anderson Barbosa entre outros estudiosos da temática, além de utilizar também dados do IBGE e da FUNAI como suporte logístico e por fim a pesquisa se completa com trabalho de campo através de entrevistas para coleta de relatos de alguns dos membros mais velhos da comunidade, como fonte perene do saber tradicional.

Palavras-chave: História. Índio. Memória. Origens. Rituais.

Introdução

Em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil encontraram enorme variedade de grupos indígenas com línguas, costumes e modo de vida diversificado, porém com o passar do tempo e atendendo aos interesses da Coroa Portuguesa as dominações e incursões sobre os povos nativos tornaram-se cruéis e violentas com o intuito de pôr em prática o plano de implantação do modelo de cultura europeia, no qual os jesuítas tinham como função catequizar os nativos impondo-lhes a religião católica, desconsiderando seus bens mais preciosos: costumes, crenças e hábitos.

Depois de quase cinco séculos de desvantagens, sofrendo com perseguições, escravidão e perecendo de doenças trazidas pelos colonizadores, os índios passaram a ser uma fração insignificante da população, apesar da significativa influência na formação do brasileiro, a ponto de ser considerada uma das grandes matrizes étnicas, com a denominação de índio.

O termo índio foi associado à ideia de selvagem, de preguiçoso que não possui cultura nem saber, essa classificação representou o primeiro sinal de perda e sufocamento dos símbolos próprios dos grupos humanos com quem os europeus se

¹Artigo científico apresentado a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, como Trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena em História sob a orientação do Prof. Me. José Adelson Lopes Peixoto.

encontraram no início da colonização. Assim, classificados como inferiores e primitivas, as tradições e os complexos rituais indígenas tornaram-se alvo de intensas críticas e perseguições.

Para entender o percurso feito pelos índios Pankararu e, especificamente, pelos seus descendentes, os Jeripankó, é necessário recuar no tempo para o período nomeado pelos indígenas de “tempo das perseguições” que, cronologicamente seria o século XIX, um período de invasões aos aldeamentos da região do sertão Pernambucano.

Quem são os Jeripankó

Existem diversas grafias em referência ao nome dessa comunidade Indígena, entre eles: Geripancó, Jiripankó e Jeripankó, optamos por Jeripankó, com base na oralidade da aldeia e o processo de adequação da Língua Portuguesa que indica uso do “J” em palavras de origens Indígena. “O processo de troca do “C” por “K”, faz parte de um processo aspecto técnico, introduzido com a incorporação das letras Y, K e E em nosso alfabeto, utilizados em termos científicos.”(AMORIM, 2010, p.196)

As origens dos povos Jeripankó remetem à história de um índio por nome de José Carapina que, segundo a oralidade, representada nas falas dos Senhores Genésio Miranda (Cacique tradicional²) e Elias Bernardo(Pajé), são descendentes dos Pankararu, que vivem em Brejo dos Padres, nos municípios de Jatobá, Tacaratu e em Petrolândia, no estado de Pernambuco. Na região baiana encontravam os Pipipã, Pipipães, Pipipões, Geritacós, Geripancós, Jeripankó, Jiripankos, Jeritacós, Jiriticós, Jeycós, portadores da tradição do Brejo dos Padres. “O nome do aldeamento Brejo dos Padres se deu pelo fato do Frei Vital de Francarolo cristianizar índio no sertão de Pernambuco. Assim surgiu a função Brejo dos Padres.” (SILVA, 2007, p. 66)

Na antiga aldeia chamada Jeripancó, provavelmente onde foi erigida a capela Jeritacó, o qual Frei Vital menciona em carta de 1802, como estava situado

²É aquele que recebe a escolha pela maioria do povo da comunidade, dependendo muito do contexto das necessidades e das especificidades de cada povo, ter o conhecimento da memória de suas origens e a compreensão e participação na vida religiosa, transmitindo a tradição de geração a geração.

na ribeira do Moxotó onde viviam os “Pipipães”, podendo se chamar Pipipões e Geritacós sendo um mesmo grupo. (PINTO *Apud* SILVA, 2003, p. 183). Os Pipipã habitavam preferencialmente no riacho do navio, tendo nomeado uma serra do Pipipã e uma fazenda, mas campeavam entre o Pajeú e o Moxotó. “Coincidentemente o território das aves”. (FERRAZ *Apud* SILVA, 2003, p. 183)

Segundo (VIEIRA, 2010, p.06), o nome dado a aldeia Jeripankó foi com base nos grupos que formam os Pankararu, entre outros grupos, os Pankararu, Geritacó, Calancó, Umã, Canabrava, Tatuxi, Fulê. Assim todos esses com intuito de demonstrar a que pertence ao tronco Pankararu, nomeado o nome Jeripankó com base nos Geritacó. “Em memória desse povo restaria hoje uma sede municipal, denominada Jaicós lugar de missão de outros missionários na segunda metade do século XIX, outra parcela teria permanecido ou se refugiado em Sergipe.” (SILVA, 2003, p.183)

Em outra carta escrita por D. José, bispo de Pernambuco datada do início do século XIX, há referência a um juiz de Olinda por nome de José Barros Falcão de Lacerda Cavalcante, que havia escrito cartas à coroa tratando dos benefícios em manter índios na fazenda real. Para a vida étnica independente, retorna um nome e que já se havia integrado dentro de um nome só: Pankararu.

Os Índios Jeripankó estão localizados no Ouricuri, município de Pariconha, alto sertão Alagoano, cidade típica sertaneja de vegetação conhecida como caatinga a cerca de 360 quilômetros de Maceió. Possui uma população de 10.246 habitantes segundo IBGE/2012

Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), com referência da FUNAI/SE II – 2011, “a aldeia Jeripankó ocupa uma área de 250 hectares onde residem 400 famílias”, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA) já a FUNAI - SE II – 2011, faz referência a uma “população de 2.270 habitantes” (SANTOS, 2012). “Essas famílias estão distribuídas nas aldeias Ouricuri, Figueiredo, Piancó, Poço D’areia, Serra do Engenho, Araticum, Capim, Tabuleiro, Caraibeiras e Volta do Moxotó. No centro desses conjuntos de Aldeias está localizada a aldeia Ouricuri como referência da aldeia principal, com população de 1.070 habitantes” (SANTOS, 2012). O desencontro de dados populacionais deve-se a questões de reconhecimento e de negação da identidade, pois alguns índios são cadastrados na FUNAI, mas não são na FUNASA.

Os Pankararú são oriundos do aldeamento missionário de Brejo dos Padres, localizado em terras doadas pela Coroa Portuguesa na localidade que hoje corresponde aos municípios de Jatobá, Tacaratu e Petrolândia no estado de Pernambuco. Esse povo deriva de diferentes tribos reunidas entre os séculos XVII e XVIII. “Foram com outros grupos da região transferidos de aldeia a aldeia quando estes foram extintos ou fugidos pelas perseguições dos bandeirantes em busca do ouro e pedras preciosas, a partir de meados do século XVII ou então, eram recolhidos de perambulação pelos missionários.” (AMORIM, 2007, p.115)

Pela promulgação de leis públicas entre elas a Lei das Terras (1850) que estabelecia a compra ou doação como a única forma de acesso à propriedade; as terras pertencentes aos indígenas foram anexadas ao território nacional, e em 1872 ocorre à extinção dos aldeamentos da Província, sendo posteriormente incorporadas ao domínio público. Portanto os Indígenas perderam o direito à terra, porque não possuíam a escritura de compra e venda, ocorrendo por conseguinte, várias invasões e expulsões, esses locais eram constituídos territórios tradicionais e como foram desapropriados, estavam obrigados a repartir das terras da região de Brejo dos Padres. E assim os Índios Pankararu deixam suas terras tradicionais, na busca de outro território, que tinha melhores condições de vida.

Os Índios residentes no aldeamento Brejo dos Padres fugiam da denominação dos Posseiros e se dispersaram pelas cercanias, chegando à região do sertão de Alagoas, que apesar de seca, possui terras férteis, verdes e produtivas. É nesse espaço que criaram vínculos e fundaram a aldeia Jeripankó encontrando assim um lugar para viver e formar novas famílias, surge assim um novo território. Esse território Indígena é uma condição de vida, não somente no sentido de um bem material, ou fato de produção, mas como o local em que desenvolvem toda sua forma de vida, e de suas práticas religiosas.

José Carapina e a formação do território Jeripankó

De acordo com Sr. Genésio, a formação desse território sempre foi forjada na luta pelo reconhecimento da terra, marcada também por conflitos com os coronéis e fazendeiros da região, presentes até hoje. A maior parte das terras que pertencem aos Jeripankó ainda não foram demarcadas e estão ocupadas por fazendeiros. “Atualmente os Índios Jeripankó têm posse de 215 hectares

regularizada, e 1.100 há já delimitado, esperando as fases seguintes para se demarcar essa terra. Esse processo vem se arrastando por muitos anos e até hoje essas terras, em grande parte, continuam ocupadas.”(BRITO *Apud* FARIAS, 2011, p.59).

Em 1852 o índio José Carapina e sua esposa Isabel veio à Pariconha e fixou moradia nas margens da fonte do Ouricuri, essa fonte era de água temperada, encravada em uma região radicalmente dividida pela posse das riquezas naturais, que separa proprietários e não proprietários de água e terra, localizada no pé da serra do Simão e do Pajeú. Isso aconteceu durante uma revolta muito violenta que ocorreu em Pankararu (Brejo dos Padres). Sr. Genésio Miranda relatou que após a chegada de Pedro Alves Cabral em 1500, Francisco Antônio Cavalcante chefe do partido conservador, invadiu a aldeia Pankararu com violência acabando com os Índios, que corriam à procura de um lugar onde pudessem viver mais tranquilos.

Com isso, José Carapina pediu apoio a um proprietário no Sertão de Alagoas conhecido como Major Marques, e logo em seguida convidou seus parentes de Pankararu para viver na terra financiada pelo Barão de Água Branca e entregue a eles. Com a chegada de novas famílias entre 1897 e 1982 (os Gabão, os Caipiras, os Cristóvão e os Pebas) se inicia ali uma nova matriz étnica construída no silêncio, tendo como referência para encontros não só ritualísticos, mas também política e organização social, os Pankararu.

Segundo (SILVA, 2007. PP. 72-73) “Joaquim de Siqueira (o Barão de Água Branca), descendente da família Vieira Sandes, que por volta de 1769 arrematou, em leilão, na cidade de Recife, boa parte das propriedades do alto sertão de Alagoas, constituindo-se em um dos primeiros grupos de povoamento da região. O Barão aparece como o senhor de todos os pobres. Com o poder de juiz o Barão tratou de um conflito entre o índio Zé Carapina e o fazendeiro major Marques, onde o Major queria a retirada do Índio das suas terras.

Como representava a maior das famílias tradicionais da região, o Barão fez justiça, obrigando Zé Carapina a capitular ao major Marques, representando a negociação do processo da terra surgindo assim a sua demarcação. E foi através desse processo de negociação que hoje é conhecida a terra indígena como serra do Ouricuri, serra do Figueiredo e serra do Piancó. Hoje essas serras são negadas pelos herdeiros dos fazendeiros e posseiros da região, onde algumas terras foram invadidas pelos brancos.

Foi à busca pelo tronco formador da etnia Jeripankó, que mantiveram o seu reconhecimento, buscaram-se as raízes com o povo Pankararu, constituintes nas experiências, nas tradições e nos rituais, tornam necessário para eles a busca por suas origens onde pertencemos à ponta de rama, para se formar novos grupos Indígenas.

A história dos Jeripankó na formação atual está inteiramente ligada a essa memória de aldeamento e dificilmente se saberá em qual etnia teria suas raízes, devido à junção e reelaboração de outras etnias dentro do aldeamento, mas certifica que há, de fato, uma presença comum entre os atuais e seus antepassados pela presença dos rituais e da figura dos Praiás.

A trajetória

A trajetória dos Jeripankó pode ser relacionada com a história dos demais povos da região do sertão alagoano, pois estão vinculados ou são descendentes de Pankararu são: Kalancó, Karuazu, Katokim, Koiupanká e os Jeripankó. Contudo, a denominação Jeripankó ainda não era utilizada, por conta da perseguição aos que se afirmassem índios. Sr. Genésio relata que “antes os delegados iam até as suas casas para verificar quaisquer indícios de práticas de rituais”.

Desde a fuga de Zé Carapina a violência ficou marcada na memória deste povo. Durante esse tempo os Jeripankó se identificavam como Pankararu, os rituais realizados eram praticados em Pernambuco. Passaram a lutar para manter as suas tradições em “silêncio”, era uma tarefa muito difícil para o povo dessa região, pois também não tinham casas, residiam em pequenas cabanas de barro e palha. Foi também um período de reestruturação, com o aumento populacional.

A partir de 1980, os povos indígenas do sertão alagoano juntaram-se ao movimento indígena do Estado, liderado pelos Xucuru-Kariri (Palmeira dos Índios), Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio) e Wassu-Cocal (Joaquim Gomes). Aliados ao Conselho Indigenista Missionário – CIMI, começaram a participar de reuniões e encontros para reivindicar o reconhecimento étnico. Isso era muito importante, pois os índios passariam a receber “benefícios” do estado, principalmente os índios do sertão, porque nessa região há histórico de fome, doença e perseguição.

Após várias reuniões na comunidade, chegou-se ao entendimento de que deveriam criar o cargo de lideranças para alguém que tivesse a experiência religiosa

e o conhecimento da história do grupo. Através do Sr. João Gomes da Silva, um dos anciãos (que veio a falecer há pouco tempo), foram apresentados os nomes dos senhores Elias Bernardo da Silva (pajé) e Genésio Miranda da Silva (cacique).

Antes de serem reconhecidos pelo Estado como líderes de tal grupo, foi necessário que o próprio conselho (formado por membros do povo Jeripankó) os reconhecesse. A Fundação Nacional do Índio - FUNAI colaborou na legalização e cumprimento dos critérios estabelecidos para o reconhecimento; trataram da questão cultural, com destaque para os rituais sagrados.

Entre 1982 e 1993 os povos que viviam na serra do Ouricuri passaram a se chamar Jeripankó, nome que compôs a formação do aldeamento Brejo dos Padres no século XIX, e que havia desaparecido, mas sua cultura se enraizava e estava relacionada ao povo Pankararu. Construíram terreiros para suas danças, porós para realizar suas práticas religiosas e iniciar mais cedo as crianças e os jovens na vida sem perder os laços culturais pois continuam frequentemente com maior intensidade. Tinha como os chefes e mestres de terreiro João Benedito e Chica Gonzala detentores do saber da religião indígena.

Com a Assembleia de Chefes – Indígenas, estimulados pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI, os povos indígenas passaram a se organizar e assumir publicamente suas identidades étnicas, reivindicando a demarcação de suas terras. (CIMI – ANE, 2004 p. 12).

Segundo AMORIM 2003. Apud, FERREIRA – 2013, p.60, “o grande avanço de retomada da luta por direitos como a religiosidade, a terra e a existência, foi surgindo de organizações regionais por categorias como a de professores, agentes de saúde, movimentos de estudantes indígenas, formação de lideranças, além do Conselho de Articulação dos Povos e Organização Indígena do Brasil (CAPOIB), e outros como a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), atuando em parceria com o CIMI, ampliando e estimulando encontros de formação de base na região do Sertão, onde está localizada a maioria dos povos e processo de ressurgência étnica, visando ao amadurecimento do movimento indígena, nas regiões menos assistidas pelas entidades governamentais.”

Conforme AMORIM 2003. Apud, FERREIRA – 2013, p.61, “existe a pressão no sentido de resgatar e dar continuidade e sua descendência (histórico-ancestral), com o propósito de construir um nome, uma identidade (étnica), específica e

diferenciada, possibilitando dessa forma a construções de uma “nova” história, entre seus “novos” componentes, tanto no aspecto ritualístico quando político, cultural, histórico e social.”

Moradia e sobrevivência

O costume Pankararu de viver em casas de palha foi herdado pelo povo Jeripankó. Os antepassados se alojavam em palhoça ou em taperas. Elas eram feitas de barro, varas, palha de caroá e cobertas com palhas de ouricuri.

Com o passar do tempo os índios foram desenvolvendo a agricultura, construindo moradias adequadas, a maioria das casas na comunidade é construída seguindo um modelo típico de povoados da região (alvenaria) com formação de ruas, e a aldeia é composta por quatro ruas, tendo um espaço ao centro.

No centro, há duas Igrejas Católicas, uma pequena, do padroeiro São Pedro que foi construída 1852, logo após a chegada de Zé carapina, e outra, um pouco maior, construída entre 2003 e 2004, com o nome de Igreja da Santa Cruz, a padroeira da comunidade. Desde aquela época todos os anos é comemorada a festa de São Pedro, antes era organizada por uma anciã de Pankararu, dona Maria do Carmo dos Santos, e hoje é organizada por sua família. Na frente da igreja está uma praça, ao lado da qual construíram uma quadra de esportes.

A comunidade é servida com água encanada do rio São Francisco, mas não chega à torneira todos os dias, por isso, foram construídas cisternas em quase todas as casas, sendo abastecidas por carros pipas no verão e pela captação da água da chuva, no inverno. Do lado da igreja da Santa da Cruz, fica a antiga escola José Quintino da silva construída em 1985 que após a estadualização em 2003, passou a ser chamada de José Carapina, funcionando como extensão do novo prédio que fica próximo a quadra de esportes. Na aldeia também existe posto de saúde, construído em 2003 e que funciona em três períodos.

Os índios, que emigraram para as terras alagoanas passaram um período de ‘silenciamento’. Eles se encontravam nas suas cabanas ou taperas, geralmente à noite e as escondidas para praticar as celebrações e os seus rituais. Não poderiam aparecer para a comunidade como indígenas, porque os delegados derrubavam as casas e prendiam os responsáveis pelos rituais.

Se fossem ‘descobertos’ seriam assassinados ou ‘obrigados’ a se tornarem mestiços, ou seja, a viverem com os costumes dos brancos. Com o passar dos anos, alguns índios voltaram para o local do antigo aldeamento em Brejo dos Padres, passando a ser protegidos por padres da paróquia da região pernambucana. Outros continuaram escondidos e vivem atualmente nos municípios alagoanos de Água Branca, Inhapi e Pariconha.

Desde o período de perseguição e fugas que se estendia até as décadas de 1970 e 1980, os povos de Pariconha, Água Branca e do Inhapi, se encontravam quase sempre as “escondidas” para a celebração de alguns rituais que geralmente aconteciam à noite, nas matas, pois não havia terreiro e nem Poró nos aldeamentos. Para outros rituais que necessitariam de grande espaço, procuravam os parentes de Pankararu.

Ao longo dos 500 anos de colonização, resistiram e permanecem praticando os rituais e festas religiosas próprias de sua cultura: como o Praiá, Menino do Rancho, ritual do Poró e a Festa do Umbu, sendo possível dizer que os povos indígenas atribuíram um “novo” olhar histórico em Alagoas. Um povo resistente com mais de 500 anos de tentativa de fazer justiça a um passado silenciado.

A tradição como forma de resistência

A aldeia Brejo dos Padres de onde saíram os Jeripankó é lembrada por diversos nomes e dentre eles é possível destacar Pankararu, Jeripankó, Cancalancó, Entresserra e Canabrava ou em alguns casos, Jeritacó, Cancalacó, Umã, Tatuxi e Fulô. Tais denominações que variam um pouco quando contada por diferentes pessoas, correspondem às principais etnias que compuseram o grupo quando de seu aldeamento forçado pelas missões. Portanto o aldeamento do Brejo dos Padres configurou-se em um território combinado e compartilhado etnicamente por vários grupos de origens diversas.

Eles geraram um recurso próprio e original de recusar a ‘redução’ imposta por essa mistura. “Mantiveram independente de sua designação oficial, outro nome composto de conhecimento geral, mas de uso apenas memorial, a memória da diversidade étnica que os constitui e que é coberta apenas parcialmente pela homogeneização [...]” (ARRUTI, 1999, p. 264)

A área de que dispõem os Jeripankó é ladeada por posseiros e fazendeiros e isto influencia na produção agrícola. Como é região de Caatinga, o solo não é muito adequado para o cultivo de determinadas frutas mas com esforço produzem caju, pinha, jaca, manga, melancia, mas em pequenas quantidades. Apenas o umbu é produzido em abundancia entre os meses de dezembro a março.

Há pouca vegetação na aldeia, destacando-se alguns pés de algaroba espalhados por toda área e servindo, durante o dia, para mulheres e homens se sentarem para conversar ou para ver as crianças brincar. Os homens quando não estão ocupados tem o futebol como um passatempo e principal exercício físico praticado.

A maior parte das terras está preparada para o cultivo do feijão, mandioca, macaxeira e feijão de corda. O milho é cultivado em pouca quantidade e destinado a alimentar a criação de animais (gado ovino, caprino, suínos e principalmente galinhas).

Geralmente não há excedentes, embora façam uso de algumas produções como fonte mínima de renda (vendem, trocam ou praticam escambo na feirinha de Pariconha) o que possibilita a aquisição de alguns complementos alimentares (sal, açúcar, café, óleo, etc.) Também usam a caça como o meio alimentar, mais a caça que outrora esteve em abundância é, atualmente, escassa devido ao desmatamento generalizado em toda região.

Muitas famílias que não tem terra suficiente para trabalhar, sobrevivem como meeiros ou arrendatários dos fazendeiros. Outros trabalhadores indígenas viajam para trabalhar no corte de Cana-de-açúcar em usinas de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Sergipe, ou até mesmo vão para a Região Sul e Sudeste. A organização socioeconômica dos Jeripankó se assemelha às das sociedades indígenas presentes no restante do Nordeste Brasileiro, especialmente as situadas no sub médio e baixo São Francisco.

A sabedoria tradicional: o Cacique e o Pajé

Os Jeripankó não diferem de seus aparentados Pankararu, da mesma maneira que se aproximam dos costumes da sociedade envolvente. Assim as divergências que ocorrem internamente e os problemas políticos são resolvidos por

líderes que obtêm reconhecimento da sua comunidade e, também, a indicação sobrenatural.

Genésio Miranda da Silva, apesar de afirmar ter recebido uma missão religiosa para o cacicado, mesmo escolhido por intermédio de forças sobrenaturais, só pôde assumir a liderança após muita conversa e entendimento entre os chefes de família, lideranças e representantes do Conselho Indígena. Sua missão começou em 1982, embora faça questão de lembrar que seu destino já estava traçado.

Quando menino, adoeceu gravemente perdendo a visão por alguns dias, após ter sido vítima de um quebranto, morbidez causadora de enfermidades diversas vezes presente na representação sociocultural Jeripankó de doença. A cura veio através de preceitos mágicos e de terapia tradicionais, utilizadas comumente nesta sociedade indígena, pelas mãos de uma curadora de nome Maria Calú (na época com 70 anos de idade), que lhe deixou o legado da liderança revelando-lhe os segredos indígenas.

Já a escolha do Pajé obedece aos mesmos critérios, acrescidos de outros importantes: geralmente precisa conhecer os segredos mais profundos do grupo étnico, por sua vez, transmitido como conhecimento especial e em sua maioria deve ser mais velho, experiente e conhecer os encantados. O Pajé é o líder espiritual do grupo, aquele que gerencia e orienta as cerimônias e os rituais, também é o “Mestre da ciência”, quem conduz os Praiás. É quem melhor domina as técnicas das rezas, da fitoterapia tradicional e mantém estreito contato com o sobrenatural através do conhecimento particular conhecido como Ciência Indígena, bem de maior valor entre os Jeripankó.

A escolha de Elias Bernardo como Pajé, tem fundamento em sua experiência e no reconhecimento interno e externo da ‘determinação do sobrenatural’, vale salientar que foi criado em contato com os Pankararu. Teve como mestra, sua tia Maria Chulé, uma senhora de imensa sabedoria religiosa que mantinha relações permanentemente com os Pankararu e que dirigiu seu aprendizado.

Foi necessário que os Pankararu transmitissem para seus descendentes o seu aprendizado cultural e espiritual, deixando vivas seus ensinamentos no segredo mais profundo desses povos, um saber único que é a ciência do Índio e dos encantados. É nesse domínio simbólico e religioso que os Pankararu preservaram as

suas tradições, os Índios reconhecem a sua sabedoria e experiência deixada por seus antepassados para novas gerações por sua determinação e coragem.

Rituais

A responsabilidade de Pajé veio por meio de indicação do seu povo na década de 1980 e a permissão de invocar o sagrado veio dos Pankararus, que reconheceram a sua sabedoria e experiência. Uma herança escatológica que recebeu por méritos e por escolha do sobrenatural. Sua Tia percebeu que Elias era uma pessoa que se relacionava diretamente com os espíritos encantados. Essa representação do encantado não é uma escolha do próprio índio, este é escolhido pelos espíritos.

Quando chega uma pessoa adulta ou uma criança para fazer uma cura, abre-se uma mesa de trabalho. O Pajé diz conhecer a origem da doença ou o problema do ser humano. Se não for um caso espiritual ele lhe aconselha a procurar assistência médica. Para os não Índios da região que procuram os seus serviços, o pajé representa um homem sábio. Elias Bernardo reconhece que a sua comunidade Indígena sempre lhe deu apoio para ser e continuar sendo um Pajé da Aldeia.

Os Jeripankós ainda frequentam o terreiro dos Pankararu, fazem parte da ponta de rama desses povos. Essa condição(ponta de Rama) faz contraponto com a palavra tronco e estão relacionadas a uma hierarquia política e religiosa. O contato permanente de seu Elias com o seu grupo e com os Pankararu possibilitou uma reconstrução da memória Indígena abalada pela história de violência e extermínio de Índios na região.

Seu Elias seria, assim, um narrador que transita entre os Mestres e os Sábios. Ele sabe dar conselhos: para alguns casos, como provérbios, para outros casos, como o Sábio, pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida “uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grandes partes a experiência alheia.” (BENJAMIN, 1994, p. 22)” Ele representa, enfim, um aquele que atende aos limites dos humanos, porque está a serviço do seu povo e dos encantados, ou seja, do sagrado. É neste domínio simbólico mais significativo, dos aspectos mágico-religiosos que permanece da essência de sua cultura tradicional.

Contudo, expressões religiosas remanescentes, entre as quais o Toré, o Menino do Rancho e a Festa do Umbu, ocupam um lugar privilegiado entre os Jeripankó e correspondem aos principais fatores de coesões sociais, que reforçam

sua solidariedade grupal. A memória é o primeiro laço desta população, feita pelo compartilhamento de eventos, transformado pelo apego, em território tradicional.

Das várias expressões mágico-religiosas presentes entre os Jeripankó a presença dos encantados em todas essas expressões, demonstra sua importância na visão do mundo da referida etnia.

Assim, para os Jeripankó, esses encantados são específicos de índios antepassados responsáveis pela existência indígena e ordenamento do mundo. “Os engenheiros brancos acabaram com a cachoeira de Itaparica, mas não acabaram com os Índios encantados, que continuam dançando e cantando dentro das águas”. (Elias Bernardo, Pajé).

Pois é nesse campo que se encontra o segredo da ciência do Índio. Os Jeripankó só poderiam existir junto do seu território porque nele se constrói o mundo real e o imaginário. Eles não se separam do seu espaço vivido, e nem da experiência com o sagrado ou com o natural. Portanto, a sua cultura será entendida como produção de símbolos de diversos grupos humanos principalmente em relação com o ritual. Esse ritual é a essência da cultura Indígena que se transmite no dia-a-dia. A formação nos rituais é de longa duração.

Os encantados só podem ser alcançados por alguém que tenha valores morais e espirituais considerados importantes pelo grupo. Contudo, existem ainda os encantados remotos, provavelmente situados no topo dessa hierarquia de importância: São os heróis místicos responsáveis pelo fundamento do Encanto.

Segundo Cunha, “os encantados correspondem a espírito de “Caboclos Velhos” que quando tinham sua morte anunciada através da ciência do Índio, se dirigiam para a antiga cachoeira de Paulo Afonso se atirando em suas águas, evitando assim a morte e tornando-se Encantados”. (CUNHA, 1999, p. 41).

Nessa concepção de Encantados que está presente uma noção hierárquica dos seres que compõem o Panteão Sagrado, supondo a existência dos heróis e anti-heróis míticos que fundam o encanto do mundo e anunciam seu desencantamento, antepassados que vivem num tempo ascéticos. Sua presença é percebida em quase todas as expressões mágico-religiosas elaborando pelos Jeripankó, especialmente aquelas em que os Praiás se manifestam.

Segundo o Pajé, os Encantados são guias de luz que protegem os Jeripankó, eles são representados diante da comunidade pelos Praiás. O Praiá, (foto 1), é um conjunto formado por um dançador e uma veste cerimonial feita de fibra de

caroá encontrado na mata, também é enfeitado com cocar feito de pena de aves da região, maracá, feito com cabaça da planta conhecida como coité, cinta confeccionada de pano enfeitado e colocada por trás da roupa do praiá, com um efeito de várias cruzes (foto 2), toda essa indumentária, a cinta, tem esse formato da cruz.



Foto 1: Praiá com suas vestimentas, cabaça na mão e gaita/flauta pendurada em sua roupa. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.



Foto 2: Praiá, durante a festa do Imbu, sinta vermelha com adereços de cruzeiros que segundo os Jeripankó são requícios do processo de catequização. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.

O Praiá é representado como o centro do Sagrado Religioso Indígena, ele é uma representação da divindade, é o encantado que recebe um nome, incorporado simbolicamente por um ser vivo para representá-lo com vestimenta própria e única. Representa o material do mensageiro chamado também de “Espírito Encantado”.

Só os índios (homens) podem usar a vestimenta. É que o Praiá possui uma dimensão da fortaleza do povo Jeripankó, faz uma interligação entre o mundo real e o sobrenatural, representa a simbolização máxima da existência indígena, como símbolo religioso e marco fundamental para a sua cultura.

O “Praiá é um termo utilizado pelos Pankararu para denominar indivíduos dançadores que usam máscaras rituais presentes em todas as cerimônias do grupo, sendo um dos principais elementos desses eventos [...]” (CUNHA, 1999, p. 56). Sua importância simbólica nos rituais existente nesta família étnica refere-se à personificação dos encantados, isto é, são os Praiás que conferem identidade aos encantados, uma vez que dão a estas representações físicas, pelo uso da indumentária misteriosa na qual se esconde o indivíduo que empresta o corpo e a

consciência ao espírito do antepassado, que é por sua vez identificado pelo adereço e a cor da cinta que cada um possui. Portanto, podemos dizer que os Praiás são a identidade dos encantados.

Entretanto para que o moço use sua veste como Praiá, é necessário que ele esteja preparado, e é preciso cumprir regras, não ingerir bebida alcoólica, fazer jejum sexual durante o período de rituais, tomar banhos de ervas específicas (como caatinga de cheiro, entre outras.), além de já ter sido escolhido por algum Encantando.

Da mesma maneira é a limpeza da mulher que exerce este papel. O período ou o dia menstrual não oferece segurança para a limpeza da matéria, conforme requer tais eventos religiosos. As mulheres não se limitam ao desempenho enquanto Praiá, mas se estendem à presença no Poró e outras atividades cotidianas.

Na sua diversidade de atuações na atividade mágica e sobrenatural, os encantos, muitas vezes o Pajé enfrenta dificuldades no desempenho de suas funções de determinar problemas do sobrenatural contra o mal, o lado oposto da magia (à esquerda), uma representação simbólica de si.

Assim como existem aqueles curadores mais adiantados no segredo da ciência do Índio, existem diferenças de conhecimento e poder entre os Encantados. Por isso, pode-se dizer que a vida Jeripankó e do nativo é o produto da luta travada entre o Encanto Santificado, o lado do bem e o Encanto da Esquerda, este representado por entidades espirituais pertencentes à outra raiz do sagrado, anti-herói mítico, é responsável pelas principais mazelas ocorridas entre o povo. Assim, a religião funde a vida com o sobrenatural, onde habitam as suas crenças, os espíritos, e os valores.

Tudo que é vivo vem carregado de valor, de espíritos e de mensagens sobre os sagrados da vida que os homens precisam decifrar para viver. Quando dançam e realizam seus rituais, estão fazendo uma experiência de encontro com a natureza, com o mundo dos anciãos e dos sábios.

Festa do Puxado do Cipó

No mês de dezembro, acontece o flechamento do Umbu ou o Puxado do Cipó dando início às corridas do Umbu, ou seja, a Festa do Umbu (foto 3). Essa festa, além de ser muito importante, é tida como o maior evento entre os Jeripankó,

onde se reúne gente das regiões circunvizinhas, principalmente os não índios. A festa começa em Pankararu, fazendo com que não se percam os laços históricos, culturais e religiosos do tronco com a rama. Sendo esse o marco inicial das festividades período em que se inicia a safra desse fruto, o Imbu ou Umbu, fruto do imbuzeiro, árvore brasileira da família das *anacardiáceas*, é um fruto muito comum para os sertanejos alagoanos, fruta típica da caatinga, não é cultivada, nasce espontaneamente, como o cansanção.

A festa, denominada ‘as corridas do Umbu’, geralmente se iniciam com o flechamento do mesmo (foto 4), durante o mês de fevereiro, dependendo apenas da safra do Umbu, que acontecerá de acordo com o tempo das chuvas na região, podendo antecipar ou retardar o início da festa.



Foto 3: Praiá com arco e flecha em mão fazendo abertura da Festa do Umbu. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.



Foto 4: Praiá flechando o Umbu diante do público. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.

Assim, as corridas do Umbu são compostas de pelo menos três partes: O ‘Flechamento do Umbu’, rito festivo acontecido todos os anos, quando é encontrado o primeiro Umbu maduro na mata. O Pajé que faz uma reunião com as principais pessoas da comunidade, os donos do Praiás, os moços, e outras lideranças, para poder planejar o flechamento que inicia na noite de sábado e termina na tarde do domingo.

O Imbu é enrolado em uma ‘trouxinha’ feita de folhas da mamoneira e levado para o terreiro, onde é amarrado sobre uma pequena trave de pau. Os primeiros a

tentar acertá-lo com as flechas são os Praiás. Quando eles não conseguem passam a vez para as lideranças ou alguma pessoa escolhida pelo Pajé. O Praiá ou a pessoa que acertar o imbu o distribui entre as pessoas ao seu redor.

Segundo depoimento dos anciãos da aldeia, o flechamento é a proteção para toda a safra do fruto. Nesse mesmo dia, em outro momento ocorre a 'Puxada do Cipó', que é disputado entre dois grupos. Consiste numa disputa de força, os grupos se posicionam de lados opostos, Foto 5, segurando, cada um, a ponta do cipó, puxam cada um para seu lado o cipó de muncunã (*dioclea grandiflora*), encontrado na mata ao redor da aldeia.



Foto 5: Praiás e o público puxando o cipó como se fosse 'cabo de guerra'. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015

O grupo vencedor sai comemorando e feliz, dizem os mais velhos que esse ritual é para prever a safra dos alimentos. Se o grupo vencedor for do lado oeste, a safra vai ser boa, caso contrário não terá muitas chuvas durante o ano e, de posse dessa informação, os sertanejos vão se preparando para enfrentar as dificuldades da escassez de chuvas e com as suas consequências para o ano em curso.

Festa das Corridas do Umbu

Ao terminar o flechamento do Umbu, toda a equipe, ou seja, Pajé, Cacique, pai de Praiá, moço do Praiá e o público em geral se preparam para a principal Festa da aldeia, que são denominadas como Corridas do Imbu ou a 'Queima de Cansanção'. O cansanção é uma erva conhecida como urtiga de arbusto da família das *Urticáceas*, quando toca na pele, provocam coceiras e queimaduras. Suas folhas e caules tem coloração verde-claro e é encontrada geralmente na mata, próxima à catingueira rasteira.

As Corridas do Umbu correspondem à festa propriamente dita, é iniciada no sábado e termina no domingo no mês de fevereiro depois do carnaval. Antes no sábado à noite era iniciada a festa com a denominação de 'noite dos passos', essa noite é um ritual onde só pode participar os Índios, os passos são formas de dançar. O ritmo é marcado por toantes específicos, moças e Praiás dançam juntos, imitando vários animais, é, também, um momento lúdico, apesar da espiritualidade que representa.

O canto do ritual era puxado por uma senhora conhecida como Maria Berta, descendente de Pankararu. O ritual tinha início à 1 hora da madrugada, e durava horas. Maria do Carmo veio a falecer no ano 2011 e com isso não foi mais possível realizar o ritual dos passos, pois nenhuma outra pessoa na comunidade Jeripankó conhece os cantos.

Atualmente, no início das Corridas do Umbu só é possível ter a abertura do terreiro com os Praiás. Para que se tenha uma festa em paz, é preciso que o Pajé faça um desempenho pedindo proteção para todos, principalmente para os que vão participar da dança do cansanção, as botadeiras de cesto, o dançador e, principalmente os moços dos Praiás, para que não haja nenhum problema físico.

Antes da festa, o Pajé faz uma reunião para saber quem vai colocar os cestos, quem serão os dançadores e quem vai comprar³. Esses dançadores são os que se queimam com o cansanção às vezes dançam para pagar promessas e outras por decisões ou vontades próprias, geralmente não tem quantidade determinada das pessoas que dançam o cansanção.

No sábado à noite o Pajé faz a abertura do terreiro com os Praiás. Dançam fazendo cruces no centro do terreiro. Com o terreiro já aberto é iniciada a festa

³ Os cestos com as oferendas são oferecidos para uma pessoa comprar, o valor não é fixado, varia conforme as condições do comprador.

denominada Corridas do Umbu e os Praiás fazem seu ritual, entrando no terreiro em fila. A entrada é chamada de batalhão, por ser um conjunto grande de Praiás. Eles vão para o terreiro numa grande animação, balançando as cabaças ou maracá, ouve-se o som das gaitas ou flautas e vários gritos de incentivo, deixando os Praiás com mais segurança para poder fortalecer esse momento de crenças simbólicas, vindo das raízes Pankararu, tradição que se renova a cada ano e que passa de geração a geração.

Os Praiás dançam a noite toda, ao som do canto da Puxada do cantador, principalmente a dança da 'pareia'. Essa dança é executada em duplas de Praiás e até mesmo as mulheres realizam essa performance junto com eles. As vezes acontecem disputas, ou seja pode dançar duas mulheres, uma de cada lado do Praiá. Próximo ao terreiro, um grupo de mulheres se reveza na tarefa de preparar e servir um lanche composto de arroz doce e garapa da rapadura de engenho, ou de açúcar que é oferecido a todos os participantes e ao público enquanto os Praiás se retiram para o Poró para um breve descanso ou intervalo.

O Poró, Foto 6, para os Jeripankó, é uma construção ao lado do terreiro, onde acontecem quase todos os rituais fechados. Nele se vivenciam as relações entre o Sagrado e o mundo real, é um lugar silencioso, de muito respeito, no qual alguns buscam o refúgio para a reflexão. É tido como um lugar cercado de energia, transmissor de paz, segurança e tranquilidade, um santuário.

O terreiro Indígena, Foto 7, é um espaço de chão batido, com variações de tamanho. Ao seu redor existem algumas árvores que servem de abrigo para o público em ocasiões de festa. O terreiro é limpo pelas pessoas da aldeia, numa atividade coletiva e espontânea.

Em uma mesma aldeia pode ter vários terreiros, mas cada um recebe um nome específico, conforme sua utilidade, como por exemplo: o denominado de Laranjeira é o terreiro principal, o Cansanção é o que abriga o ritual da queima do cansanção, o terreiro chamado de Andorinha foi batizado com o nome de um Praiá, fica no terreiro da casa do Pajé e é festivo, destinado ao pagamento de promessas ao Encantado ou a comemoração da data que foi batizado tal espaço.

É acima de tudo, um lugar sagrado onde acontecem alguns rituais religiosos. Tem sido um lugar de resistência ao longo dos 500 anos de contato com o branco, mesmo de forma sincrética, como pode ser observado nas cintas dos Praiás que são enfeitadas com cruces, cruzeiros ou algum outro símbolo cristão. Tal sincretismo não

significa que o ritual é cristão, pois os Índios mantiveram um lugar de permanência cultural apesar do diálogo cultural com o europeu e com o africano.



Foto 6: Praiás entrando para o Poró para descanso. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.



Foto 7: Praiás dançando no Terreiro praticando rituais. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.

O Padroeiro da comunidade é uma cruz, onde os Índios colocam sua fé, tem por nome a Venerosa Santa Cruz e, durante a festa no sábado à noite, várias pessoas, principalmente crianças, dormem no terreiro em lençóis estendidos no chão, redes ou até mesmo em colchões enquanto o Toré não começa, onde o público pode participar.

O domingo é o principal dia da Corrida do Umbu. Pela manhã as mulheres organizam os cestos que contêm vários alimentos, como frutas, legumes e cereais que são ofertados aos Encantados como forma de agradecimento pela fartura. Os Praiás continuam dançando no terreiro e ao meio dia é servido o almoço, então se dirigem em fila até a cozinha, pegam um prato com almoço e voltam para o terreiro onde é feito a oferenda ao Encantado.

Com os pratos nas mãos, dançam em forma de cruces para agradecer ou benzer a refeição e em seguida vão para o Poró onde comem. A comida é servida em prato de barro ou argila, o cardápio é composto de pirão com carne de carneiro e arroz e é servido a todo o público durante os quatros finais de semana que compreendem o ritual denominado de Festa do Umbu.

Ainda durante o domingo, no primeiro terreiro (da Laranjeira) são colocados alguns galhos de cansanção perto do Cantador-puxador, ao lado de cestos cheios de variedades de alimentos e frutas, principalmente o Umbu. Às quinze horas, os Praiás voltam para o terreiro, acompanhados das dançadeiras e dos dançadores

pintados com pintura simbólica da sua cultura, principalmente a representação da cruz. Essa pintura é branca, feita de um tipo de barro branco (Foto 8), prática originária de Pankararu.



Foto 8: Dançador pintado com a sua própria pintura Indígena durante a festa do Umbu. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.



Foto 9: Os dançadores com galhos de Cansanção nas mãos. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.

Homens sem camisas e mulheres com roupas longas, cada um pega um galho grande de cansanção (foto 9) e vão se encaixando na frente dos Praiás, dando sequência a apresentação com três voltas no terreiro ao som das cabaças, gaitas e um instrumento feito do rabo do Tatu que quando é tocado faz a alegria do público por mais um ano de resistência do ritual no terreiro.

O cantador tira a toante própria do momento. Durante a dança, um praiá faz o percurso no terreiro em sentido contrário aos outros, pois é um ritmo. O Praiá que dança ao contrário dos outros é o dono do terreiro, pois cada terreiro tem seu dono. Quando está praticando a dança o Praiá, dono do terreiro faz a abertura junto com os outros Praiás, ele dança nos dois sentidos a direita e a esquerda, um ao contrário do outro, assim faz a segurança do terreiro e do povo que estão assistindo o ritual para que não haja algum problema de doença espiritual ou física, ou que qualquer Praiá caia durante esse ritual. Em seguida, vão em direção a outro terreiro chamado Terreiro do Cansanção, que fica perto de um Cruzeiro fincado em cima de uma grande pedra conhecida pelos Índios como Pedrão. As mulheres saem com os cestos na cabeça, posicionadas na frente, guiando o público.

Chegando ao terreiro, colocam os cestos na borda do mesmo; os Praiás ficam em fila, fazem o cruzamento entre si e dão três rodadas no terreiro, só então começam a queima do Cansanção. Fazem uma roda e os dançadores pegam seus

pares e, com o feixe de cansanção nos ombros, entram na roda e logo a queima é realizada em forma de Toré. Enquanto cantam, os Praiás fecham a roda dificultando a locomoção e impossibilitando que alguém saia da formação sem ser atingido pelo cansanção. O bailado só para quando o Praiá que está dançando na frente dá um grito como aviso para que parem o ritual.

A queima de cansanção (foto 10) é uma forma de agradecimento ou pagamento de promessa ao encantado por uma graça alcançada. Os restos dos galhos são colocados no centro do terreiro e os Praiás pisam em cima até os galhos ficarem totalmente destruídos. É uma dança de resistência, coragem e devoção à ciência Indígena. Logo em seguida, começam o toré (foto 11) com um sentido mais festivo e alegre.



Foto 10: Os dançadores executando a queima do cansanção junto com os Praiás. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.



Foto 11: Crianças e adultos misturados aos Praiás dançando o Toré no terreiro do Cansanção. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.

Este ritual é aberto à comunidade e parentes, a índios e brancos de regiões vizinhas. Nesse toré, envolvem as crianças e anciãos e todos podem participar sem que seja necessária alguma preparação. Muitos Índios que não moram na aldeia, os desaldeados, vem comemorar junto aos seus parentes e isso lhes oferece o mínimo necessário para a manutenção de suas próprias identidades Indígenas.

O terreiro e o Toré são os símbolos de mais alto prestígio para os Jeripankó, pois o canto está no ritual sagrado, na cura, na festa, nos embates políticos fora da aldeia, pode-se citar como exemplo quando então na luta pela terra. O Toré é para todos, mas os cantos sagrados são restritos aos escolhidos pelos encantados.

Terminando a queima, voltam ao terreiro da Laranjeira e os Praiás se dirigem ao Poró para fazer as obrigações finais, agradecer a Deus e aos Encantados por mais um dia concluído. Essas obrigações acontecem em regime fechado ao público durante os três finais de semanas em que ocorre o evento da Queima do Cansanção.

No quarto domingo, ou seja, no último dia, não ocorre a Queima do Cansanção, mas vão até o outro terreiro para finalizar o evento. Só aos dançadores do cansanção e Praiás é permitido praticar o ritual sem se queimar. Nesse encerramento, são dadas três rodadas em volta do terreiro e logo depois de finalizada a dança do cansanção, os Praiás e lideranças cruzam o terreiro como um modo de fechar e de pedir proteção para os índios até o próximo ano, quando será aberto para o ritual. Nesse último dia não é praticado o Toré nesse terreiro, só no outro, o principal.

Voltando para o encerramento da festa no Terreiro da Laranjeira enquanto os Praiás e lideranças vão para o Poró para agradecer ao Divino e ao Encantado por terem permitido mais um ano de festa, o Toré é executado e os índios oferecem ao público uma bebida denominada de umbuzada (feita do umbu com açúcar e leite).

Finalizando a descrição dos rituais ou festas, o rito mais importante e aguardado para os Jeripankó é uma cerimônia chamada de Mestre Guia que consiste na guia e benção de todos os Índios, por parte de entidade superior, o chefe dos encantados, no saber da ciência. Essa cerimônia é realizada no Poró e é fechada ao público.

Por sua vez, geralmente as festividades são compartilhadas por aparentados, especialmente os Pankararu e entre outros como, por exemplo, os não indígenas, e tais manifestações ritualísticas servem para fortalecer e reafirmar a etnia apoiando-se em valores como a lealdade e luta mútua no resgate de valores culturais que resistiram à conquista e a retomada do espaço territorial.

O saber é adquirido pela experiência, pela força do sobrenatural, que mergulha na sabedoria dos mais velhos fazendo com que o sol, o vento, os animais e as plantas se mantenham como os informantes durante toda a sua existência, deixando suas marcas que se transformaram em símbolos carregados de valores e significados específicos e apropriados pelos Índios.

A cura tradicional

O tratamento de doenças é uma das especialidades dos Jeripankó, estão sempre em contato com práticas de cura, e seus conhecedores não somente aqueles reconhecidos pela medicina oficial, mas os que se destacam como curandeiros tradicionais, os rezadores e os curadores, que moram na aldeia e são muito procurados pelas pessoas com problemas ou doenças. Porém, não são reconhecidos oficialmente, mesmo assim, as equipes de Saúde da região (que não conhecem a utilização de ervas e rezas) já reconhece sua importância e incentiva a procura desses conhecedores da cura por seus pacientes.

Para os Jeripankó os especialistas são basicamente os rezadores, curadores e benzedeiros, entre eles incluímos o Pajé, privilegiado no grupo, por ter conhecimentos especiais da ciência Indígena.

O rezador é aquele que conhece meios de 'benzeção' cujo saber foi adquirido pela experiência da fé ou ensinamento. Ele não identifica a doença, reza a partir do que a pessoa doente fala. Os encantados são entidades de maior valor do povo Jeripankó. São poucas as pessoas que têm o mérito de serem escolhidas para herdar o dom e os ensinamentos dessas divindades. Na atualidade, entre os Jeripankó, somente seu Elias Bernardo da Silva (o Pajé) foi escolhido para receber essa herança. A fé não é apenas um requisito para a prática da reza, mas é também um dos princípios mais importantes da cura.

O curador é aquele que conhece a doença e o remédio, manipula as ervas medicinais através de reparo ou trabalho de mesa pelos meios sobrenaturais mais profundos. Entidades espirituais, os encantados, lhe informam qual o mal que atinge o doente e efetuam a cura diretamente por meios mágicos e pela força do Ejucá⁴.

O trabalho de mesa é um momento em que se faz a chamada dos Encantados pela busca de reforço espiritual ou pela cura, é nesse espaço que os Jeripankó acreditam que é através do Pajé e de outros rezadores da comunidade, que trabalham com o Ejucá, façam a orientação de Cura junto da medicina tradicional.

Menino do rancho

⁴ Na fala do Sr. Elias Bernardo da Silva (Pajé) : Ejucá – é uma ciência do Índio que é usada na mesa de trabalho. Ela é um segredo que o Pajé responsável pela religião Indígena não pode revelar.

Diferente das Festas do Umbu, outras festas de tradição Jeripankó não tem dia determinado para acontecer. É o caso do 'Ritual Menino do Rancho' (foto12) que é realizado como pagamento de promessas. Acontece quando uma criança precisa se curar de algum problema muito sério de saúde ou corre risco de morte por possuir uma enfermidade que a medicina oficial não consegue solucionar.

O ritual se processa em etapas. Inicialmente a criança doente é levada para o trabalho de mesa no qual os seus pais fazem uma promessa ao encantado e esta promessa será paga após a cura do menino.

Nessa promessa é determinado que um encantado seja escolhido como responsável (ou dono) pelo pai ou pela criança, sendo então representado pelo Praiá. Quando ocorre a cura, é paga a promessa de colocar o menino no rancho. Essa cerimônia é realizada conforme as condições financeiras da família, pois é um dos rituais mais complexos da aldeia, ele reúne um número muito grande de pessoas e a família do menino tem que oferecer as refeições (café, almoço e garapa). Nesse ritual o número de Praiás, que normalmente é de trinta, chega a quarenta e cinco, com os Praiás das aldeias vizinhas e até mesmo de Pankararu.

Alguns dias antes da festa é feita a proteção do menino na mesa do trabalho, onde ele é preparado para pagar a sua promessa e ocorrer tudo bem. O menino não tem idade certa para pagar a promessa e pode ser índio ou não. Essa festa também é feita no sábado e domingo, acontece no terreiro sagrado do Encantado responsável, onde é construído um rancho de palha de Ouricuri e galhos de árvores para ser usado pelo menino durante a festa.

O menino usa uma vestimenta de cor vermelha enfeitada com cruz de cor branca, um chapéu confeccionado com palha, um envoltório de rolo de fumo e uma flecha com detalhes de fitas representando a cor do Praiá, "dono do menino". O fumo possui muita importância para os rituais, pois afasta maus espíritos. O prometido tem seu corpo pintado com um barro branco chamado de 'tauá', usado também em outros rituais.

O rancho é construído na direção em que o sol nasce e simboliza as moradias de seus ancestrais é o local da entrega do menino. Participam desse ritual a noiva (uma menina escolhida para acompanhar o menino na finalização do cerimonial de cura. A sua veste é longa, usa enfeites de fitas coloridas na cabeça), duas madrinhas (são as responsáveis pelos cuidados, tanto da "noiva" quanto do menino, elas também são enfeitadas e são pessoas de mais idade), um grande

número de padrinhos (realizam o papel de guardiões do menino) e os Praiás (que representam os encantados).

A festa inicia no sábado à noite com a abertura do terreiro e com a dança dos Praiás e segue com o Toré, às vezes até o amanhecer. No domingo, pela manhã os Praiás abrem o terreiro dando três voltas. Após o café, o ritual prossegue na casa do menino, que já se encontra acompanhado pelos padrinhos. O Praiá dono do menino é diferenciado dos outros por conter na sua mão uma flecha enfeitada de fitas coloridas (foto13). Só ele pode tocar no menino.



Foto 12: Menino do Rancho com suas vestimentas ao lado da noiva na casa dela. Acervo particular Ana Claudia da Silva, 2015.



Foto 13: Menino do Rancho ao lado do seu dono que está com a flecha na mão esquerda. Acervo popular Ana Claudia da Silva, 2015

Depois do café, em cortejo, vão pegar a noiva e as madrinhas nas suas residências, dançam três rodadas, e o Toré dançam no terreiro de cada uma. A noiva e as madrinhas oferecem a garapa, para os padrinhos oferecem bebidas alcoólicas. Resgatando-as, voltam para o terreiro, já iniciando a cerimônia. Os Praiás saem correndo atrás do menino durante o percurso todo até chegar ao terreiro da cerimônia onde a criança é escondida em residência tanto do Cacique quanto do Pajé.

Enquanto o almoço não é servido, os Praiás dançam junto com a noiva e com as madrinhas, três rodadas com cada uma. Enquanto isso a população Indígena e convidados vão chegando para prestigiar o momento das corridas que acontecem por três vezes, no total.

Após o almoço, que é servido para todos, os Praiás se recolhem no Poró. Após o descanso, o Praiá dono do menino retorna ao terreiro trazendo com ele o menino prometido, entoando um som com sua gaita ou flauta convocando todos os outros Praiás para o terreiro, como um batalhão. Os padrinhos do menino, o “dono”, os outros Praiás, a noiva e as madrinhas se reúnem no terreiro para começar a cerimônia.

O menino segura o braço do seu dono durante as rodadas no terreiro, e este observa um espaço para poder soltar a criança. Primeiro, o dono coloca o menino dentro do rancho e dá-lhe um grito de ordem para que ele corra junto com alguns padrinhos. Os Praiás saem correndo atrás dele para poder capturá-lo, (foto14) ou conseguir pegar qualquer peça que ele esteja usando. Inicia-se uma disputa entre eles, os padrinhos tentam proteger o menino segurando os praiás (foto15). A quantidade de padrinhos é maior do que os Praiás. O público também sai correndo, gritando e vibrando atrás do menino. A corrida não tem direção certa e acontece em meios de tocos, pedras, árvores, espinhos e até mesmo no meio das casas e matas, o que dificulta a locomoção.



Foto 14: Praiás correndo em direção para pegar o menino. Acervo particular Ana Claudia da Silva



Foto15: Padrinhos segurando os Praiás como forma de proteger o menino.

As pessoas vibram e tentam se proteger para que não sejam atropeladas pelos participantes que correm com muita velocidade para alcançar o menino. Essa corrida só para quando algum Praiá alcança o objetivo ou o dono vai ao encontro do menino. Com o findar da disputa, o menino é trazido de volta para o terreiro, dando

continuidade as danças junto com todos participantes. Vale lembrar que, a corrida ocorre em três tentativas para que os Praiás peguem o menino, mas não existe obrigatoriedade que a criança seja capturada durante as três corridas. Todas as corridas seguem o mesmo percurso, diferindo apenas a direção. A festa é conhecida pela poeira, quedas e alguns machucados, até mesmo alguns desistem da corrida que é bastante longa.

Assim, o Praiá que conseguir capturar a criança, vem com maior animação para o centro do terreiro junto com todos. O Praiá, o menino, o dono e os outros, dançam as três rodadas e o dono coloca o menino no rancho, nesse caso os padrinhos não o protegem. O mais rápido e esperto que conseguir capturar o menino é o vencedor. Recomeçando todo o percurso, eles vão para o terreiro cantando o toante do Praiá vencedor. São realizadas mais três danças em círculo, como pedido de proteção pelo dono do Praiá. Com duas flechas fazem uma cruz que é segurada por todos, inclusive o que capturou o menino e este, dançando vai até o dono e depois entrega o menino aos seus pais comemorando a realização do rito simbólico de entrega do menino ao mundo dos encantados.

Terminando o rito cerimonial, os Praiás encruzam o terreiro, fazendo o fechamento do mesmo, o que marca o final do cumprimento da promessa e o evento se encerra com a dança do Toré. Essa cerimônia é de muita emoção para os familiares, principalmente para os pais do menino que com fé e alegria alcançam uma graça do divino, do encantado. É, ainda, um ritual de importância coletiva, pois marca a preservação e a transmissão da história, da religião e da cultura do povo indígena.

A festa do Menino do Rancho constitui-se num ritual polissêmico e seus principais objetivos são agradecer a cura iniciar o neófito no mundo do sagrado indígena, mas, sobretudo constitui-se na produção social de valores simbólicos dos mais caros e profundos da cultura Jeripankó.

Festa de Santa Cruz

A influência da Igreja Católica entre os indígenas no Brasil e em Alagoas é visível não só fisicamente, mas também nas práticas religiosas. Tornou-se comum a celebração de missas e novenas na comunidade Jeripankó. Desde a construção da Igreja dentro da aldeia nós índios realizamos (do fim de abril ao início de maio) a

Festa da Santa Cruz (foto 16), padroeira da referida igreja. Essa festa é comemorada com a realização de novena e encerrada com uma missa. A primeira noite é chamada 'a noite dos índios' e conta com a presença dos Praiás (foto17), em um evento onde se misturam o Sagrado Indígena e o Sagrado Cristão efetivando assim o sincretismo.



Foto 16: Altar com Santos Católicos e Praiás. Em uma posição central estar a Santa Cruz, padroeira da festa. Acervo particular Ana Claudia da Silva



Foto 17: Praiás na noite dos Índios reverenciando a Santa Cruz, padroeira da festa. Acervo Particular Ana Claudia da Silva

No encerramento da Festa da Santa Cruz acontece uma procissão, semelhante a uma caminhada, é iniciada na Igreja de onde sai um grupo pessoas carregando a Cruz. Essa procissão não foi criada pelos Índios da comunidade, ela é uma tradição da Igreja Católica e é realizada no final da missa pelos devotos, e todos saem de dentro da Igreja rezando e caminhando dando volta pela comunidade e logo após voltam para a Igreja. E assim encerrasse a Festa da Santa Cruz.

Ao chegar a Semana Santa alguns Índios se preparam para o ritual da penitencia que são praticados na Semana da Quaresma. Essa penitencia é iniciada na Igreja da Santa Cruz onde saem um grupo carregando a Cruz, isso só é permitido aos homens, tradição essa que iniciado por Joaquim Piancó e João Gomes, que já veio a falecer mais deixou essa penitencia para gerações futuras. Essa penitencia é considerada para os Jeripankó como um segredo durante o período da Semana Santa, pois é realizado em dois dias na semana (quarta e sexta) durante a noite só com os homens. Esses homens, incluindo jovens e adultos, são divididos em grupo, os que andam na frente carregam a cruz e saem rezando até o Cruzeiro ou até ficam rezando dentro da Igreja, e não usam vestes brancas. Já os que andam atrás

não podem ser identificados pelo povo, pois fazem práticas religiosas diferentes, pois os da frente rezam e os de trás fazem em segredo suas práticas que não podem ser reveladas. Esses homens que andam atrás vestem seus trajes brancos e compridos, usam gorro e chapéu branco. Nessa época saem para a adoração em um Cruzeiro, um deles fica perto do saco da Samambaia na cabeça do Pinheiro (ponte limite da área original Indígena). Eles usam essa pratica religiosa como forma de obter o perdão do pecado, ou cumprimento de promessas onde muita das vezes esses homens vão rezar na casa de quem as promete.

Segundo o Sr. Antonio Imidio da Silva, em 1919 Joaquim Pedro do Nascimento conhecido como Joaquim Piancó, e seus irmãos, netos de Zé Carapina , criaram a devoção ao Santo Cruzeiro (foto18). Em 1925 foi iniciado as novenas a São Pedro e a Santa Cruz na comunidade.



Foto 18: Cruzeiro na Aldeia Jeripankó em cima de um Pedrão. Acervo particular Ana Claudia da Silva

Os povos Jeripankó não diferentes de outros povos indígenas, também sofreram o processo de catequização, e aculturação portuguesa, praticados pelos Padres Jesuítas que iam até as aldeias para catequizá-los, para que fossem convertidos aos interesses da Coroa Portuguesa. Isso marcou a vida desses povos, pois as suas culturas e crenças foram totalmente negadas pelos colonizadores. O Europeu com sua visão eurocêntrica promulgou uma transculturação forçada, uma visão perpetuada pelos Padres Jesuítas sobre a simbologia da Cruz e a força da espada, afastando os índios de suas culturas nas matas para serem “civilizados” sob

a égide da Coroa portuguesa, distantes dos seus conhecimentos e valores, reclusos nos aldeamentos missionários.

As crenças indígenas, de tanto serem praticadas no anonimato, no silêncio e no obscurantismo, longe dos olhos da sociedade para evitar perseguições, muitas vezes incorporaram símbolos da religião católica e das crenças africanas, gerando rituais novos, miscigenados ou sincréticos.

O processo de sincretismo religioso está presente na cultura da comunidade Jeripankó. Segundo os mais velhos, as cruzes nos adereços das vestes (cintas) do Praiás são resquícios do processo de catequização que serviam para despistar as perseguições contra eles. Como conjunto de crenças de um povo, perpetuados de geração em geração, propiciam contato com o sagrado, o espiritual e o religioso independente de suas práticas.

Considerações finais

Acredito, pelos esforços investidos na produção deste trabalho, que ele possa contribuir para a melhoria das condições de vida do povo Jeripankó. Conto com a compreensão das lideranças superiores, a fim de satisfazê-las, levando informação e conhecimento àqueles que não conhecem nossa história pois este trabalho é fruto das experiências relatadas por este povo. Memórias que mantêm viva sua cultura e identidade, servindo como forma de preservar emblemas históricos, e assim, a crença nos símbolos e no saber tradicional que se renova a cada momento ao ser passado às novas gerações.

Vimos até agora, como os Jeripankó se consolidaram como povo, uma história forjada na luta pela garantia de seus direitos muitas vezes negados, gente vitimada por discriminações e racismo e que não aceita mais a opressão, guerreiros que não desistem das batalhas mantendo preservada suas origens e tradição; praticando seus rituais e perpetuando seus ensinamentos.

Os rituais são praticados como forma de celebrar suas conquistas e para manter a força e a fé nos encantados, que nos orientam em nossos caminhos; nossos maiores mestres que nos guiam a cada passo. Nós só podemos retribuir com festas como o Flechamento do Umbu, Puxado do Cipó, Queima do Cansanção, Menino do Rancho e a Festa da santa cruz, que representam a participação dessas

entidades no mundo; uma constante entre o terreno e o sagrado simbolizada no pagamento de promessas pelas graças alcançadas.

O tempo para os Jeripankó é uma orientação, marcado de luta e amadurecimento para conseguir o reconhecimento de um espaço sagrado. Somos fruto da luta dos nossos antepassados, as sementes plantadas por eles que se renovam a cada momento; aprendemos que é preciso do tempo, como aliado, para organizar a resistência e fortalecer nossa tradição e cultura que se concretiza quando dançamos o toré, compartilhando da união e deixando que o saber dos nossos antepassados faça parte do presente.

Referências

ALMEIDA, Luiz S. Silva, Cristina B. **Índio do Nordeste, etnia, política e história.** Maceió:EDUFAL 2008

AMORIM, Siloé Soares de. **Os Kalankó, Karuazu, Koiupanká e Katokim: resistência e ressurgência indígena no alto sertão Alagoano.** Tese (doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. **Índios ressurgidos:** a construção da autoimagem dos Tumbalalá, os Karuazu, os Katokim e os Koiupankó. Dissertação (Mestrado em Antropologia Visual), Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

ATLAS DAS TERRAS INDIGENAS DO NORDESTE, Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional, 1993.

BRITO, M. de Fátima Campelo (Coord.). **Relatório de Identificação e Delimitação da Área Indígena Jeripankó,** Maceió: FUNAI, 1993.

CARTA DOS POVOS INDIGENAS RESISTENTE. **I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em luta pelo Reconhecimento Etnico e Territorial.** Olinda/PE, 2003.

CIMI – ANE (Conselho Indigenista Missionário) **Memória e resistência:** a sabedoria dos povos indígena. Brasil: Subsídio Educacional, 2004.

FARIAS, Ivan Soares. **Doenças Dramas e Narrativas entre os índios Jeripankó no sertão de Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2011

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A educação Jeripankó:** Uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2013.

SILVA, Jacionira Coêlho. **Arqueologia no médio São Francisco**. Indígena, Vaqueiros e Missionários. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SILVA, Amaro Hélio L. da. **Serra dos perigosos: guerrilha e índios no sertão alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, Anderson Barbosa da. **Rituais Jeripankó: Um olhar sobre o sagrado dos Índios do Sertão Alagoano**. Palmeira dos Índios: UNEAL, 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso de História)

SILVA, Antonio Imidio da. Entrevista realizada em Janeiro de 2015

SILVA, Elias Bernardo da. Entrevista realizada em Dezembro de 2014.

SILVA, Genésio Miranda da. Entrevista realizada Novembro de 2014.